

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1361

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião de Câmara realizada em 12 de março de 2020)

- **Proposta n.º 49/2020 (Subscrita pelo Vereador José Sá Fernandes)** - Aprovou submeter a consulta pública o Plano de Gestão Florestal do Parque Florestal de Monsanto, nos termos da proposta
pág. 588 (10)

- **Proposta n.º 64/2020 (Subscrita pelo Vereador Ricardo Veludo)** - Aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana Tejo - Trancão, e determinar a abertura do período de discussão pública do respetivo Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, nos termos da proposta
pág. 588 (325)

- Deliberação n.º 64/CM/2020 (Proposta n.º 64/2020)
- Subscrita pelo Vereador Ricardo Veludo:

Assunto: Aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana Tejo - Trancão, e determinar a abertura do período de discussão pública do respetivo projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Relação com o Município e Participação, Conservação de Edifícios.

Serviço: DMU/DPU.

Considerando que:

1 - O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, estabeleceu que a programação e execução da reabilitação urbana é concretizada mediante a delimitação de áreas de reabilitação urbana, às quais corresponde uma operação de reabilitação urbana, simples ou sistemática, aprovadas por instrumento próprio;

2 - A zona ribeirinha oriental de Lisboa sofreu uma profunda transformação nos anos 40 do século XX, com o aumento de terraplenos e a criação de indústria pesada, como a fábrica de Gás da Matinha, a Refinaria da Sacor (em Cabo Ruivo) e, posteriormente, com a introdução do Matadouro Municipal, instalações militares junto a Moscavide e na zona mais a norte, junto à foz do Trancão com a instalação da ETAR e o Aterro sanitário de Beirilas;

3 - A sociedade Parque EXPO 98, S. A., foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 88/93, de 23 de março, com a incumbência, entre outras, de realizar o projeto de reordenação urbana da zona de intervenção da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, localizada na Zona Oriental de Lisboa;

4 - De toda a área de intervenção do Plano de Urbanização (PU) da EXPO'98, somente cerca de 90 hectares no extremo norte do concelho ainda não foram objeto da intervenção planeada, aguardando um projeto que dê resposta à programação existente nos respetivos Planos de Pormenor (PP5 e fundamentalmente no PP6);

5 - A eleição deste local para a realização a curto prazo do evento das "Jornadas da Juventude" em 2022 veio catalisar a regeneração duma área que ainda apresenta um conjunto de problemas ambientais, originados pelas várias fontes de poluição de algumas preexistências no local, mas com repercussões ainda no momento atual;

6 - De facto, a área de intervenção em causa apresenta-se degradada, o que inviabiliza a sua utilização plena e está incluída no PU da Expo'98 como atrás referido e integra parte dos PP5 e PP6;

a) O PP5 corresponde à UOPG designada por Zona de Sacavém, conforme definido no PU da Expo'98, tendo sido executado o seu programa na componente da habitação, comércio e serviços e respetivas infraestruturas, bem como a rede viária. No entanto, ficou por edificar a parcela a norte destinada a Escola Básica 1,2,3 e o seu enquadramento e articulação com o conjunto urbano entre a via do Oriente e Parque do Tejo, a sul e o Passeio do Trancão a norte;

b) O PP6, por sua vez, corresponde à UOPG cujo programa previa a concretização do parque urbano do Tejo e Trancão, procurando por essa via promover a proteção e vivência da biodiversidade das margens e a colmatção o passivo ambiental que a anterior utilização como depósito e aterro sanitário provocou no local. Este dá resposta a um eixo estratégico do programa da cidade e a uma ambição da população, criando-se uma importante área de grande qualidade ambiental e de dimensão metropolitana, de caráter lúdico e recreativo, na ligação da cidade ao rio.

7 - Este programa foi concretizado na zona a sul do eixo da Ponte Vasco da Gama e, parcialmente, num percurso pedonal ribeirinho ao longo da margem do Tejo e do Trancão. Por realizar ficou toda a área onde se implanta o aterro sanitário, pelo que esta área deve agora ser objeto de regeneração e qualificação;

8 - A criação de uma nova área verde de recreio e lazer sobre o Aterro irá permitir concluir o Parque do Tejo e a continuidade do Percurso "Passeio do Parque" (percurso longitudinal) até ao atravessamento do Trancão através de uma ponte que dará acesso ao Passeio Ribeirinho de Loures, permitindo percorrer continuamente toda a Frente Ribeirinha de Vila Franca a Lisboa;

9 - Os objetivos da reabilitação urbana para esta área estruturam-se, conjugando a necessidade de concretização plena dos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente as premissas de desenvolvimento Plano Diretor Municipal de Lisboa, da seguinte forma:

- a) Concretização da conclusão do Parque Tejo-Trancão, prevista desde 1998, promovendo a fruição pública da área de intervenção, enquanto espaço de pedagogia, recreio e lazer, atendendo à vocação dos diferentes espaços, procurando soluções de compatibilidade e convivência entre áreas de estadia, lazer, atravessamento, representação e enquadramento;
- b) Reabilitação ambiental da área de intervenção, coordenando o projeto e a construção do Parque com uma intervenção profunda na infraestrutura do Aterro Sanitário de Beirilas, em articulação com as obrigações de manutenção e controlo fixadas na Parte B do Anexo III do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, por remissão do n.º 3 do artigo 42.º do mesmo diploma legal, exigindo-se que o projeto tenha em consideração os relatórios anuais entregues à entidade licenciadora, no que se refere ao controlo de assentamentos de lixo, de águas superficiais, de gases e de águas subterrâneas, para que a respetiva utilização futura não coloque em causa a saúde pública ou a segurança dos futuros utentes;
- c) Garantir a continuidade dos sistemas naturais, contribuindo para a continuidade física do sistema de corredores estruturantes, com enfoque na ligação a norte para Loures e a sul ao Parque das Nações;
- d) Criação de condições para uma maior intermodalidade na Estação de Sacavém, permitindo-lhe servir toda a área norte do Parque das Nações;
- e) Promover ligações de âmbito local a norte, em articulação com o município de Loures, entre as quais a nova ponte ciclo-pedonal do Trancão;

- f) Criação das condições necessárias à realização das Jornadas Mundiais da Juventude em 2022;
- g) Conclusão das intervenções previstas para os lotes expectantes dentro da área de intervenção, nomeadamente a nova Escola EB+23 e o Lote contíguo a norte.

10 - A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Tejo e Trancão justifica-se, desta forma, pela necessidade de programar e concertar esforços de reabilitação e regeneração urbana integrada, sendo a figura de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática, a que se melhor aplica aos objetivos pretendidos;

11 - A ERU de Lisboa prevê que, em áreas específicas onde se verifique a necessidade de uma intervenção mais profunda e articulada para atender à degradação do conjunto do edificado e/ou do espaço público, ou mesmo por razões sociais e económicas ou ambientais, se possa justificar a realização de ORU sistemáticas e a correspondente delimitação das respetivas ARU;

12 - O instrumento de programação adequado no caso em apreço configura uma ORU sistemática, cujo modelo de gestão e execução será da responsabilidade do Município, estando enquadrada por um programa estratégico de reabilitação urbana (PERU);

13 - Os limites de intervenção da ARU do Tejo e Trancão abrangem parte da área territorial da freguesia do Parque das Nações, totalizando cerca de 92,5 hectares;

14 - À semelhança do que se determinou na Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, à Área de Reabilitação Urbana do Tejo e Trancão são aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, (EBF), designadamente os previstos nos artigos 45.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana;

15 - A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, acompanhada dos seguintes elementos: memória descritiva e justificativa, planta com a delimitação da área abrangida e quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais;

16 - O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana é remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e, em simultâneo, é publicado através de Aviso na 2.ª série do «Diário da República» e divulgado na página eletrónica do Município, de acordo com o previsto no artigo 13.º do RJRU;

17 - Nos termos do artigo 16.º do RJRU, as operações de reabilitação urbana são aprovadas através de instrumento próprio e contêm a definição do tipo de operação de reabilitação urbana e o programa estratégico de reabilitação urbana, quando se trate de operações de reabilitação urbana sistemática, que se encontra em anexo à presente proposta;

18 - A aprovação da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos de expropriação ou da venda forçada dos imóveis existentes na área abrangida, nos termos do artigo 32.º do RJRU,

sendo a competência para a resolução de expropriar, bem como a competência para a prática do ato que individualize os bens a expropriar, pertencente à entidade gestora, ao abrigo do n.º 3 do artigo 61.º do RJRU;

19 - A aprovação de operações de reabilitação urbana através de instrumento próprio é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo o projeto de operação de reabilitação urbana remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, para emissão de parecer não vinculativo e, simultaneamente, o projeto de operação de reabilitação urbana é também submetido a discussão pública, a promover nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, para a discussão pública dos planos de pormenor.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- a) Aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Tejo - Trancão, Municipal, com o fundamento na memória descritiva e justificativa em anexo à presente proposta, que se encontra acompanhada da planta com a delimitação da área abrangida e dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e ao abrigo do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para acompanhamento do processo de discussão pública do projeto da respetiva Operação de Reabilitação Urbana;
- b) Determinar a abertura de um período de discussão pública para o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana, em anexo à presente proposta, pelo período de 20 dias úteis, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
- c) Enviar o referido Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática ao IHRU, nos termos do n.º 3 do artigo 117.º do RJRU, para emissão de parecer não vinculativo;
- d) Determinar que os projetos de obras de urbanização e de obras de construção a executar na área delimitada pela Área de Reabilitação Urbana do Tejo-Trancão tenham em consideração os relatórios anuais entregues à entidade licenciadora no que se refere à contaminação de solos, nos termos e para os efeitos do cumprimento do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto.

Elementos anexos à proposta:

- Informação técnica n.º 5284/INF/DMURB_DepPU_DivPT/GESTURBE/2020.
- Memória descritiva e justificativa ARU Tejo-Trancão.
- Planta com delimitação área abrangida ARU Tejo-Trancão.
- Quadro com os benefícios fiscais.
- Programa Estratégico Reabilitação Urbana para ORU.

[Aprovada por maioria, com 12 votos a favor (6 PS, 2 Ind., 2 CDS/PP e 2 PPD/PSD) e 3 abstenções (2 PCP e 1 BE).]

ORU I Tejo - Trancão

1.introdução

A área de intervenção da EXPO'98, antiga área industrial de Cabo Ruivo e Beirolas, à época estava totalmente obsoleta, apresentando problemas de contaminação do solo devido aos metais pesados e petróleo, mas detinha, no entanto, grande potencial de desenvolvimento devido à sua proximidade com o rio Tejo.

O projeto da "EXPO" consistiu na regeneração urbana e ambiental de uma área de 340 ha, contribuindo para a modernização e internacionalização de Lisboa, reestruturação e reabilitação do território, bem como a criação de uma nova centralidade com a instalação de novos acessos, transportes, amenidades, serviços e infraestrutura, dando especial atenção ao espaço público.

Desta grande "empreitada" restam somente cerca de 92 hectares para a finalização da concretização dos objetivos elencados no Plano de Urbanização da Expo'98 e mais especificamente nos Planos de Pormenor 5 e 6, que remete para a fruição da totalidade do Parque Urbano Metropolitano da Frente Ribeirinha, tendo sido agora "alavancada" pela escolha deste local para a realização das "Jornadas da Juventude 2012".

O evento a realizar tem a duração de alguns dias mas prevê a chegada e concentração de cerca de 1 milhão de visitantes, para os quais se terá que dar resposta em termos de acessibilidades, de estadia e da preparação do local onde será a celebração do Encontro.

Salienta-se que este Evento será a oportunidade para com maior celeridade dar cumprimento aos objetivos do PP6 em articulação com alguns novos investimentos na AML que irão reforçar as articulações/acessibilidades entre tecidos urbanos, permitindo uma maior fluidez urbana inter municipal.

2. Enquadramento Legal

A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Tejo - Trancão são enquadradas pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo DL n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação.

As características desta área, que alia a potencialidade da sua localização de Frente de Rio, à ameaça da degradação ambiental que ainda apresenta, remetem-nos para uma intervenção premente tendo como objetivo, a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes de utilização coletiva.

Como se fundamenta no ponto 3. do documento "ARU Tejo Trancão", a delimitação da presente ARU enquadra-se no conceito de Área de reabilitação urbana¹, no âmbito da previsão da alínea b) do artigo 2.º do RJRU e vai ao encontro das orientações contidas no documento produzido pelo município para a "Estratégia de Reabilitação Urbana 2014/2020".

¹ "Área de reabilitação urbana» é a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, podendo ser delimitada em instrumento próprio ou corresponder à área de intervenção de um plano de pormenor de reabilitação urbana;"

A ERU de Lisboa prevê que em áreas específicas onde se verifique a necessidade de uma intervenção mais profunda e articulada para atender à degradação do conjunto do edificado e/ou do espaço público, ou mesmo por razões sociais e económicas ou ambientais, se possam realizar ORU sistemáticas e a correspondente delimitação das ARU.

Nesta perspetiva propõe-se a delimitação da ARU Tejo-Trancão para fazer face às intervenções de regeneração ambiental necessárias à utilização plena como Parque Urbano da antiga área do Aterro Sanitário e à minimização dos efeitos negativos da ETAR (fundamentalmente o odor) também existente neste território. São também objetivos para esta área, a melhoria das acessibilidades e o reforço da coesão territorial, enquadrando já a perspetiva de vir a ser concretizado um corredor dedicado ao transporte coletivo em sítio próprio (TCSP), assim como o criar das condições de modernização da Estação de comboios de Sacavém com a realização de uma ligação pedonal segura e confortável e ainda a criação de um novo equipamento escolar EB+JI (já previsto no Plano).

A definição de uma ORU sistemática para esta área obriga à elaboração de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), objeto fundamental deste documento.

2.1. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)

O Artigo 33.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana estabelece com algum detalhe, o conteúdo substancial a que o Programa de Reabilitação urbana (PERU) deverá dar resposta tendo o presente documento seguido essa mesma estrutura que a seguir se apresenta;

“1 - As operações de reabilitação urbana sistemáticas são orientadas por um programa estratégico de reabilitação urbana.

2 - O programa estratégico de reabilitação urbana deve, sem prejuízo do tratamento de outras matérias que sejam tidas como relevantes:

- a) Apresentar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da área de reabilitação urbana, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município;*
- b) Estabelecer o prazo de execução da operação de reabilitação urbana;*
- c) Definir as prioridades e especificar os objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana;*
- d) Estabelecer o programa da operação de reabilitação urbana, identificando as ações estruturantes de reabilitação urbana a adotar, distinguindo, nomeadamente, as que têm por objeto os edifícios, as infraestruturas urbanas, os equipamentos, os espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, e as atividades económicas;*
- e) Determinar o modelo de gestão da área de reabilitação urbana e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana;*
- f) Apresentar um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos e propor soluções de financiamento das ações de reabilitação;*
- g) Descrever um programa de investimento público onde se discriminem as ações de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação;*
- h) Definir o programa de financiamento da operação de reabilitação urbana, o qual deve incluir uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das fontes de financiamento;*
- i) Identificar, caso não seja o município a assumir diretamente as funções de entidade gestora da área de reabilitação urbana, quais os poderes que são delegados na entidade gestora, juntando cópia do ato de delegação praticado pelo respetivo órgão delegante, bem como, quando as funções de entidade gestora sejam assumidas por uma sociedade de reabilitação urbana, quais os poderes que não se presumem delegados;*
- j) Mencionar, se for o caso, a necessidade de elaboração, revisão ou alteração de plano de pormenor de reabilitação urbana e definir os objetivos específicos a prosseguir através do mesmo.*

3 - O programa estratégico de reabilitação urbana pode prever unidades de execução ou intervenção da operação de reabilitação urbana e definir os objetivos específicos a prosseguir no âmbito de cada uma delas.”

3. Aru Tejo - Trancão

A área delimitada localiza-se no extremo Norte do Parque das Nações, na fronteira entre os municípios de Lisboa e de Loures, separados pelo Rio Trancão, também ele uma referência do profundo processo de requalificação ambiental de toda a Zona de Intervenção da Expo '98.

Procurou-se definir um território contínuo que abarcasse o Aterro Sanitário de Beirolas, as grandes infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e, também, os vários espaços por urbanizar no limite norte do Parque das Nações.

Totalizando cerca de 92 ha, a área delimitada abrange grande parte dos terrenos do PP6, e uma pequena área do PP5, delimitados pela Rua Príncipe do Mónaco e Ponte Vasco da Gama a Sul, o Rio Tejo a Este, o Rio Trancão a Norte e o Linha do Norte a Oeste.



Fig.1. Limite da área de Intervenção da ARU sobre Ortofotomapa.

Na persecução de objetivos comuns aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa perspetivam-se investimentos relevantes na frente ribeirinha entre Vila Franca de Xira e Lisboa, destacando-se as intervenções previstas nas estações da Linha da Azambuja, a requalificação ambiental das frentes ribeirinhas e a reconversão urbanística de diversas áreas industriais e logísticas de Loures e Vila Franca de Xira.

Estas intervenções, concertadas entre municípios e com o Governo, deverão promover a efetiva definição de um contínuo urbano, ambiental e paisagístico, que dê continuidade à experiência da Expo' 98, adequando os objetivos pedagógicos, ambientais e de mobilidade à contemporaneidade e à escala metropolitana.



Fig.2 Ilustração da futura Frente Ribeirinha de Loures

Paralelamente surge a escolha da Cidade de Lisboa enquanto cidade anfitriã das próximas Jornadas Mundiais da Juventude 2022, evento no âmbito do qual se identifica a área do Aterro Sanitário de Beirolas como o local ideal para acolher os cerca de um milhão de peregrinos esperados.



Fig.3 Ilustração das Jornadas Mundiais da Juventude na Área de Intervenção

A opção por Beirolas foi determinada pelas condições físicas e paisagísticas do local, as quais são por sua vez potenciadas pelos investimentos previstos a nível metropolitano.

3. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E PRIORIDADES A PROSSEGUIR

A área em questão está abrangida pelo PP5 e maioritariamente pelo PP6, planos contíguos e localizados no extremo Norte do Parque das Nações, e da cidade de Lisboa, pelo que os objetivos a prosseguir terão como base os objetivos definidos nos planos supramencionados, salientando-se os seguintes:

- a) Valorização da singularidade geográfica da frente ribeirinha dos rios Tejo e Trancão;
- b) Potenciação da integração na rede de acessibilidades da Área Metropolitana de Lisboa;
- c) Requalificação Ambiental;
- d) Requalificação Paisagística e Urbana;
- e) Enquadramento na estratégia do PROTAML e articulação com os PDM de Lisboa e de Loures;

3.1. PRAZO DE EXECUÇÃO

O âmbito temporal da Operação de Reabilitação Urbana do Tejo –Trancão é de oito anos.

Nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, este prazo poderá ser prorrogado.

4. AÇÕES ESTRUTURANTES

4.1. INFRAESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A área de intervenção caracteriza-se pelo contraste entre as intervenções e edificações recentes, construídas no período durante e após a exposição de 1998, e as áreas expectantes e as grandes infraestruturas anteriores à Exposição, nas quais se incluem o aterro sanitário, a ETAR e a Estação Ferroviária de Sacavém.

A persecução dos objetivos de requalificação urbana, ambiental e paisagística obrigam a uma visão conjunta dos desafios e oportunidades de toda a área, independentemente da natureza de cada um dos espaços ou equipamentos a integrar.

Assim, para a área em causa estabelecem-se como objetivos específicos:

- Reabilitação ambiental da área de intervenção, através de uma intervenção profunda na infraestrutura do Aterro Sanitário de Beirolas;
- Concretização da conclusão do Parque do Tejo e Trancão, prevista desde 1998, promovendo a fruição pública da área de intervenção enquanto espaço de pedagogia, recreio e lazer, atendendo à vocação dos diferentes espaços, procurando soluções de compatibilidade e convivência entre áreas de estadia, lazer, atravessamento, representação e enquadramento;
- Garantir a continuidade dos sistemas naturais, contribuindo para a continuidade física do sistema de corredores estruturantes, com enfoque na ligação a Norte para Loures e a Sul ao Parque das Nações;
- Criação de condições para uma maior intermodalidade na Estação de Sacavém, permitindo-lhe servir toda a área Norte do Parque das Nações.
- Promover ligações de âmbito local a Norte, em articulação com o município de Loures, entre as quais a nova ponte ciclo-pedonal do Trancão.
- Criação das condições necessárias à realização das Jornadas Mundiais da Juventude em 2022;
- Conclusão das intervenções previstas para os lotes expectantes dentro da área de intervenção, nomeadamente a nova Escola EB+23 e o Lote contíguo a norte.



Aterro Sanitário de Beirolas . 2018 (selado)

A intervenção obedecerá aos seguintes princípios gerais:

- Desenvolvimento de intervenções potenciais com efeito de polos dinamizadores do território, com enfoque na envolvente à Estação Ferroviária de Sacavém e no novo Parque Verde do Tejo e do Trancão;
- Salvar o enquadramento funcional e urbano do núcleo habitacional existente, procurando reforçar a continuidade urbana com o restante Parque das Nações, interrompida pela Ponte Vasco da Gama;
- Requalificar os espaços verdes e demais espaços expectantes na zona sul da área de intervenção, procurando novas vocações para a área de proteção à Ponte Vasco da Gama que promovam um contínuo urbano e paisagístico com as áreas já consolidadas a Sul.
- Requalificar os espaços verdes e espaços expectantes no recinto da ETAR de Beirolos e na sua envolvente, promovendo uma requalificação ambiental e paisagística deste equipamento.
- Assegurar eixos de continuidade ecológica ao longo da área de intervenção, com os territórios a Norte do Trancão e ao Parque das Nações, através do no Parque Urbano, eixos arborizados, ciclovias e corredores de mobilidade, nos quais se inclui a Ponte Ciclo-Pedonal do Trancão com projeto de execução já concluído.
- Reestruturar o sistema viário e de mobilidade de acordo com os seguintes subprincípios:
 - o Redesenho do espaço público e da rede viária na envolvente à Estação Ferroviária de Sacavém, promovendo uma acessibilidade pedonal mais eficiente, segura e confortável
 - o Reforçar e contribuir para a implementação de um adequado sistema de acessibilidade – que garanta a articulação entre a rede rodoviária, a rede de transportes e a rede de mobilidade suave (modos pedonal e ciclável) – de acordo com uma estratégia territorial de mobilidade que visa dotar a cidade de Lisboa de um sistema de transportes capaz de responder às principais necessidades de mobilidade dos residentes, trabalhadores e visitantes.
 - o Criação de condições para a integração futura de meios de transporte público em sítio próprio ao longo da área de intervenção e com articulação direta com a Estação Ferroviária de Sacavém.



— Eixo TCSP
— Eixo Ciclável

Considerando a especificidade das grandes intervenções a efetuar, da condição de fronteira intermunicipal e da existência, na área de intervenção, de grandes infraestruturas de âmbito regional e nacional, todo o processo subsequente procurará acomodar todos os contributos das entidades com responsabilidade e interesse na área de intervenção.

Nesse momento serão também atendidas as questões que por motivos de escala e pormenorização da proposta não puderam ser expostas na fase atual da proposta.

4.1.1. MOBILIDADE

O tráfego automóvel na área de intervenção é de carácter eminentemente local, com expressão maior nos movimentos gerados pelo Colégio Pedro Arrupe e pela Creche Paço de São Francisco. O tráfego de atravessamento entre Sacavém e o Parque das Nações tem pouca expressão e os Parques de Estacionamento ainda existentes defronte ao rio Trancão têm uma utilização reduzida.

Esta condição poderá alterar-se no futuro com a conclusão da nova escola EB 2-3, do novo Parque Urbano dos Rios Tejo e Trancão, com a melhoria nas condições de utilização da Estação Ferroviária de Sacavém e com a potencial nova ligação rodoviária a Loures. A redução do impacto destes novos geradores deverá ser garantida através da implementação das novas soluções de mobilidade e da gestão das opções de estacionamento na área de intervenção. Esta gestão deverá estar devidamente coordenada com a prática na envolvente e nos diversos parques de estacionamento dissuasor existentes à entrada da Cidade de Lisboa.

4.1.2. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS

Está prevista a inserção de um corredor de Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP) desde Santa Apolónia até Sacavém, já no concelho de Loures. Esta nova ligação, que atravessa a área de intervenção entre os seus limites Sul e Norte, permitirá assegurar ligações rápidas e diretas ao longo do corredor da frente ribeirinha oriental, ligando-se também às linhas Vermelha e Azul do Metropolitano e com a linha ferroviária nacional na Gare do Oriente e em Santa Apolónia.

Para que este corredor de TCSP seja concretizado é necessário coordenar a sua entrada no concelho de Loures, por Sacavém, estruturando um nó intermodal de âmbito local e suburbano na Estação Ferroviária de Sacavém.

A implementação do novo corredor TCSP, deverá coordenar-se também com as necessárias alterações às redes e circuitos de autocarros urbanos, numa lógica de complementaridade de serviço, de âmbito local.

4.1.3. REDE DE MODOS SUAVES

De acordo com o artº 71º do PDM, a rede de mobilidade suave (RMS) tem como objetivo promover a opção pelos modos suaves, com especial destaque para os modos pedonal e ciclável, devendo garantir o acesso aos principais geradores de viagens, tais como interfaces de transportes, equipamentos, zonas de comércio e de serviços e zonas residenciais densas.

Assim, as intervenções a projetar na área de intervenção deverão integrar a Rede Ciclável existente, de carácter eminentemente lúdico, complementando-a com novos troços de carácter funcional e devidamente articulada com os equipamentos escolares, a Estação Ferroviária de Sacavém e as entradas do futuro Parque Urbano dos Rios Tejo e Trancão. Funcionando em continuidade com a rede existente a Sul desde a Alameda dos Oceanos, a nova ciclovia deverá infletir a Sul da Ponte Vasco da Gama para o Passeio Heróis do Mar, de modo a permitir a libertação da Via do Oriente para o TCSP.

4.2. REABILITAÇÃO DO EDIFICADO PARTICULAR

Neste âmbito ressalva-se que não é objetivo específico da presente ORU a promoção da reabilitação de edificado particular na área de intervenção, não estando sequer identificados edifícios em mau estado de conservação. Poderão sim considerar-se investimentos particulares necessários à compatibilização das várias intervenções previstas, permitindo-se assim alavancar outras frentes de investimento consideradas pertinentes.

4.2. REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A garantia de acesso crescente a serviços e equipamentos públicos de qualidade e que promovam a satisfação das necessidades dos cidadãos é uma prioridade do Município com enquadramento pleno na presente ORU.

Os investimentos previstos no interface de transportes públicos, no novo Parque Urbano dos Rios Tejo e Trancão e no novo equipamento escolar EB+JI permitirão o reforço da coesão social, da igualdade de oportunidades, do bem-estar e a melhoria das condições de vida a um nível local, mas também metropolitano, permitindo ao Município de Lisboa assumir a sua condição de polo dinamizador de toda a região.

Acrescendo à satisfação de necessidades prementes para os munícipes da área de intervenção, soma-se a relevância dos investimentos em causa para os objetivos de requalificação urbanística e ambiental, promovendo a consolidação definitiva do território da área de intervenção e a sua continuidade para Norte.

Os valores estimados do programa dos investimentos públicos constam do quadro 1 .

4.3. ESTRUTURAS DOS ESPAÇOS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

A caracterização do espaço público é fundamental para a definição das vivências do território onde se insere, sendo condição para a vida em sociedade nas suas diferentes manifestações e, portanto, para a qualidade da vida urbana.

A área de intervenção caracteriza-se pela sua condição de isolamento, não obstante um desenho urbano que procurou minimizar o efeito barreira causado pela Ponte Vasco da Gama, a linha ferroviária do Norte e o IC2.

Surge então a oportunidade de se poder explorar a necessária transformação do espaço público em função da integração do corredor TCSP e das novas ligações à rede de ciclovias. Estas intervenções obrigam à redefinição dos corredores Norte-Sul que ligam a área de intervenção à restante freguesia do Parque das Nações. Deverá refletir-se também sobre a ligação ao que possa ser a reconversão urbanística dos terrenos a Norte do rio Trancão.

Adicionalmente deverá ser promovida uma reflexão sobre o potencial dos terrenos sob a Ponte Vasco da Gama, atualmente desocupados e com potencial para reforçarem a continuidade urbana pretendida, explorando o potencial específico da área em causa para, por exemplo, acolher eventos ou acontecimentos temporários.

As intervenções referidas poderão ainda reforçar a arborização dos eixos norte-sul e de enquadramento às várias infraestruturas existentes na área de intervenção, com vista à sua valorização ambiental e paisagística.

4.4. AQUISIÇÕES DE TERRENOS E EDIFÍCIOS / REALOJAMENTOS

Para a execução da globalidade da presente operação não é necessário proceder a operações fundiárias de aquisição e permuta de terrenos, pelo que tão pouco será necessário proceder a realojamentos.

4.5. INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS

Prosseguindo o objetivo de requalificação ambiental e paisagística, como ação prioritária da operação identificamos a reabilitação do Aterro Sanitário de Beirolas e a subsequente construção do Parque dos Rios Tejo e Trancão, melhor identificada no presente programa.

5. MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO

As entidades gestoras das operações de reabilitação urbana podem corresponder ao próprio município ou a entidades do sector empresarial local. No caso da ORU Tejo Trancão, optou-se por ser o município a assumir essa qualidade.

O modelo de execução da ORU compete, no que se refere às ações nas infraestruturas urbanas, nos espaços verdes, nas infraestruturas e determinados equipamentos de utilização coletiva, à iniciativa da entidade gestora - Município de Lisboa.

Paralelamente, determinadas ações já identificadas poderão vir a ser desenvolvidas por entidades terceiras, em concertação com a entidade gestora, nomeadamente:

- Junta de Freguesia do Parque das Nações
- SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, Lisboa Ocidental
- CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.
- IP – Infraestruturas de Portugal, EP,SA

6. APOIOS E INCENTIVOS FISCAIS

A delimitação de uma área de reabilitação urbana tem como efeito a obrigatoriedade de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

À semelhança do que se determinou na Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, à Área de Reabilitação Urbana Tejo Trancão serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, (EBF) designadamente os previstos nos artigos 45.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana.

7. PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

O valor de investimento público total previsto é de cerca de **25.500.000,00 M€**, dos quais 24.000.000€ correspondem a investimento Municipal, aos quais acresce o IVA, tal como discriminado no quadro seguinte.

Quadro N.º1 – Síntese dos custos estimados do programa de investimento público (IVA não incluído)

Parque Urbano dos Rios Tejo e Trancão (CML):	
• Reabilitação do Aterro Sanitário de Beirolas	2.000.000€
• Construção do Parque dos Rios Tejo e Trancão - Fase I	4.000.000€
Investimento Total:	6.000.000€
Acessibilidades Rodoviárias e pedonais (CML):	
• Construção de Ponte Ciclo-Pedonal sobre o Trancão	1.500.000€
• Construção de Ponte rodoviária sobre o Trancão	2.500.000€
Investimento Total:	4.000.000€
Transporte Ferroviário Pesado – Linha Férrea (I.P.)	
• Modernização da Estação de Sacavém	1.500.000€
Investimento Total	1.500.000€
Transporte Ferroviário Semi-pesado –TCSP / AML Norte LIOS Stª. Apolónia/Sacavém (CML)	
• Infraestrutura dentro da área de intervenção	14.000.000€
Investimento Total	14.000.000€
TOTAL do Investimento Público	25.500.000,00 M€

A estimativa global de investimento prevista corresponde ao total das intervenções pelo Município e das Infraestruturas de Portugal (IP), mas sujeita à necessária aferição após desenvolvimento dos projetos, não podendo assim ser considerada vinculativa.

Os valores estimados para os projetos e construção de equipamentos coletivos correspondem apenas ao cálculo unitário por metro quadrado de construção, para a respetiva tipologia.

ARU I Tejo -Trancão



1. INTRODUÇÃO

A zona ribeirinha oriental de Lisboa sofre uma profunda transformação nos anos 40 do século XX, com o aumento de terraplenos e a criação de indústria pesada, como a fábrica de Gás da Matinha, a Refinaria da Sacor (em Cabo Ruivo) e posteriormente com a introdução do Matadouro Municipal, das instalações militares junto a Moscavide, e na zona mais a norte junto à foz do Trancão, a instalação da ETAR e do Aterro sanitário de Beirolos.



Vista aérea da zona ribeirinha oriental (meados do século XX)

A antiga Doca dos Olivais, também inaugurada nos anos 40 do século XX, constituiu uma infraestrutura aeronáutica dedicada ao tráfego aéreo transatlântico, que se fazia à época através de hidroaviões. Este aeroporto marítimo foi concebido em interligação com a construção do aeroporto em terra (atual Humberto Delgado), ligados pela Av. de Berlim.

No final dos anos 80 do século XX, tratava-se de uma zona altamente contaminada, em processo de desativação de funções industriais, com uma atividade logística desordenada em torno da Doca dos Olivais.



Doca dos Olivais nos anos 80 do século XX

Em 1989 António Mega Ferreira e Vasco da Graça Moura, ambos à frente da Comissão de Comemoração dos 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, lançam a ideia de se vir a organizar a Exposição Mundial em Lisboa. Essa ideia vem a ser acolhida pelo Governo e a Cidade ganha a corrida a Toronto.

A sociedade Parque EXPO 98, S. A., foi constituída, pelo Decreto-Lei nº 88/93, de 23 de Março, com a incumbência, entre outras, de realizar o projeto de reordenação urbana da zona de intervenção da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

A Exposição Mundial de Lisboa, constituiu-se assim como acontecimento catalisador para a grande operação de regeneração urbana da Zona Oriental de Lisboa, o que contribuiu de modo decisivo para a modernização e reequilíbrio sócio-urbanístico da cidade.

De toda a área de intervenção do Plano de Urbanização, somente cerca de 90 hectares no extremo norte do concelho não foram ainda objeto da intervenção planeada, estando agora reunidas as condições para concluir a implementação do Plano. A materialização dos Planos de Pormenor PP5 e PP6 irá permitir a concretização da totalidade do Parque Urbano Tejo-Trancão e a reestruturação e consolidação de áreas que atualmente estão ocupadas “temporariamente”, ou ainda “vazias”. Aposta-se agora num projeto que dê resposta à programação existente nos planos atrás referidos, mas já concertado com a realização a curto prazo do evento das “Jornadas da Juventude”.

Mais uma vez, este evento, a realizar-se em 2022, vai “alavancar” ou catalisar a regeneração de toda uma área que ainda apresenta um conjunto de problemas ambientais, originados pelas várias fontes de poluição de algumas pré-existências no local, mas com repercussões ainda no momento atual, como é o caso da contaminação dos solos. Esta “intervenção”, sendo perfeitamente compatível com a programação veiculada nos Planos de Pormenor, implicará para além da celeridade a imprimir, uma boa coordenação de trabalhos, no sentido dos investimentos a fazer, serem desde logo, uma mais valia para a finalização do PP5 e PP6.

A delimitação da presente ARU nasce, em virtude da necessidade de regeneração de uma das áreas de maior riqueza paisagística da AML, visando a sua continuidade e articulação com o município de Loures, alcançando assim a possibilidade de fruição ribeirinha contínua de Vila Franca a Lisboa.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A reabilitação urbana assumiu-se nos últimos anos como uma prioridade da política de cidades e de habitação, na medida em que prossegue de forma integrada os objetivos de regeneração e revitalização das cidades, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável.

Neste sentido, têm vindo a ser implementadas medidas que procuram ir ao encontro de tais objetivos e aprovado o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU). O RJRU assume a reabilitação urbana como “a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios”.

De acordo com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (DL 307/2009, publicado no Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23) as Câmaras Municipais têm a responsabilidade de desenvolverem a estratégia de reabilitação assumindo-se esta “como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas (...) procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.”

À data deste diploma, muitas das Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), foram convertidas “diretamente” em ARU e só mais tarde foi delimitada a ARU de Lisboa que corresponde genericamente a toda a área consolidada da cidade com mais de 30 anos.

Este diploma veio ainda enquadrar a programação e execução da reabilitação urbana, tal como os respetivos procedimentos, estruturando as intervenções de reabilitação em torno dos conceitos de “área de reabilitação urbana” (ARU) cuja delimitação pelo município tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada e de “operação de reabilitação urbana” (ORU), correspondente à estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da respetiva área de reabilitação urbana.

A cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana, aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana, podendo os municípios optar por operações de reabilitação urbana simples ou sistemáticas.

A operação de reabilitação urbana sistemática acentua a vertente integrada da intervenção, dirigindo-se à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a regeneração e revitalização do tecido urbano. O respetivo instrumento de programação é designado por programa estratégico de reabilitação urbana (PERU).

Como já referimos, em Lisboa foi delimitada a Área de Reabilitação Urbana que coincide com o essencial da área consolidada da cidade, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, que justificam uma intervenção integrada a que corresponde uma ORU simples assente na Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024.

A ERU de Lisboa prevê também que em áreas específicas onde se verifique a necessidade de uma intervenção mais profunda e articulada para atender à degradação do conjunto do edificado e/ou do espaço público, ou mesmo por razões sociais e económicas ou ambientais, podem justificar a realização de ORU sistemáticas e a correspondente delimitação das respetivas ARU.

Neste caso, o instrumento de programação será uma ORU sistemática, cujo modelo de gestão e execução será da responsabilidade do Município, estando enquadrada por um programa estratégico de reabilitação urbana.

Esta operação de reabilitação urbana deverá fundamentalmente promover a regeneração e valorização ambiental deste território garantindo uma nova fruição da Frente Ribeirinha com características paisagísticas únicas e excecionais.

3. OPORTUNIDADE

Passados quase 25 anos da elaboração do Plano de Urbanização e 20 anos da realização da Expo 98, esta parte da Cidade é ainda hoje uma referência urbana pela importância dada à requalificação ambiental do território industrial e ao desenho e dimensionamento dos seus espaços públicos, Jardins e Parques, entre os quais o Parque do Tejo e do Trancão.

Para a concretização deste que seria o maior Parque de toda a Zona de Intervenção da Expo’98, procedeu-se à selagem do Aterro Sanitário de Beirolas numa intervenção realizada entre 1996 e 1998.

Vários estudos urbanos e paisagísticos foram desde então desenvolvidos para este território, sem que se tivessem concretizado impedindo a abertura da área do Aterro à fruição pública, tornando esta a única grande área do Plano de Urbanização da Expo'98 por terminar.

A esta incapacidade de concretizar o Parque e o respetivo plano de pormenor, associa-se a degradação acelerada da infraestrutura do Aterro Sanitário de Beirolos, com expressão maior nos incêndios ocorridos em 2009 e 2011. Esta degradação obriga neste momento à reabilitação urgente e integral da infraestrutura de recolha de biogás e lixiviados ainda em produção no Aterro.

Na persecução de objetivos comuns aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa perspetivam-se investimentos relevantes na frente ribeirinha entre Vila Franca de Xira e Lisboa, destacando-se as intervenções previstas nas estações da Linha da Azambuja, a requalificação ambiental das frentes ribeirinhas e a reconversão urbanística de diversas áreas industriais e logísticas de Loures e Vila Franca de Xira.

Estas intervenções, concertadas entre municípios e com o Governo, deverão promover a efetiva definição de um contínuo urbano, ambiental e paisagístico, que dê continuidade à experiência da Expo 98, adequando os objetivos pedagógicos, ambientais e de mobilidade à contemporaneidade e à escala metropolitana.

JORNADAS MUNDIAIS DA JUVENTUDE

Paralelamente surge a escolha da Cidade de Lisboa enquanto cidade anfitriã das próximas Jornadas Mundiais da Juventude 2022, evento no âmbito do qual se identifica a área de Beirolos como o local ideal para acolher os cerca de um milhão de peregrinos esperados.

4. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO PARQUE TEJO E TRANCÃO

A área em questão está incluída no PU da Expo'98 como atrás referido e integra parte dos Planos de Pormenor 5 e 6.

O PP5 corresponde à UOPG designada por Zona de Sacavém, conforme definido no PU da Zona de Intervenção da Expo'98.

Os objetivos enunciados no PP5 são, entre outros, “a valorização da relação de proximidade com o Parque do Tejo; a maximização das vistas sobre o Tejo; a articulação com as áreas urbanas envolventes a Sacavém e à área do PP4 e à qualificação de espaço público e da estrutura urbana”.

O programa do PP5 foi executado na componente da habitação, comércio e serviços e respetivas infraestruturas, bem como a rede viária. No entanto, ficou por edificar a parcela a norte destinada a escola básica 1,2,3 e o seu enquadramento e articulação com o conjunto urbano entre a via do Oriente e Parque do Tejo, a sul e o Passeio do Trancão a norte.

No limite sul desta parcela o PP5 prevê ainda a edificação de uma passagem pedonal aérea que liga esta zona com o núcleo urbano de Sacavém, potenciando a articulação destas duas áreas limítrofes dos respetivos concelhos ao ultrapassar a barreira constituída pelo IC2 e Linha do Norte. Desta forma também o acesso à estação de comboios de Sacavém ficará facilitado para os utentes desta área da freguesia do Parque das Nações.

O PP6, por sua vez, corresponde à UOPG cujo programa previa a concretização do parque urbano do Tejo e Trancão procurando por essa via promover a proteção e vivência da biodiversidade das margens, ao mesmo tempo que colmatava o passivo ambiental que a anterior utilização como depósito e aterro sanitário provocou no local.

Em consonância, dado estes terrenos serem inadequados à edificação em virtude das suas características geotécnicas, a sua utilização como área verde seria a sua natural vocação.

Assim se concretizava um eixo estratégico do programa da cidade e uma ambição da população criando-se uma importante área de grande qualidade ambiental e de dimensão metropolitana, de carácter lúdico e recreativo, na ligação da cidade ao rio.

Este programa foi concretizado na zona a sul do eixo da Ponte Vasco da Gama e, parcialmente, num percurso pedonal ribeirinho ao longo da margem do Tejo e do Trancão. Por realizar ficou toda a área onde se implanta o aterro sanitário, pelo que esta área deve agora ser objeto de regeneração e qualificação.

Em parte da área foi entretanto implantado um equipamento, o Colégio Pedro Arrupe, e na sequência foi redesenhada a área tendo em conta este equipamento e a área a norte entre este e a foz do Trancão.

Também para o terreno expectante delimitado pela Via do Oriente a poente, o PP5 a norte, o parque do Tejo a nascente e o PP4 a sul, e situado sob o tabuleiro da Ponte Vasco da Gama, foi solicitada a possibilidade de ocupação com um conjunto de equipamentos sociais e desportivos a promover pela Junta de Freguesia do Parque das Nações.

4.1. Os LIMITES

A área objeto de delimitação, apresenta uma área aproximada de 92,5 hectares, localiza-se na atual freguesia do Parque das Nações, e abrange grande parte da área do Plano de Pormenor do Parque do Tejo (PP6), excetuando “grosso modo” a área a sul já “consolidada”, e ainda uma pequena porção de território do PP5.



Limite da Aru sobre Ortofotomapa.

Relativamente aos limites agora propostos para a Área de Reabilitação Urbana, temos as seguintes confrontações:

A poente é limitada pelos limites administrativos do concelho de Lisboa, fronteira com o concelho de Loures – Frente delimitada a eixo da Linha do Norte, e pelos acessos rodoviários ao IC2, A Sul poente, é limitada pela Rotunda da República da Colômbia (rotunda aonde confluem a Av. D. João II e a Alameda dos Oceanos) continuando pela Rua Príncipe do Mónaco até a uma pequena rotunda junto ao colégio do Oriente. Integra ainda um pequeno troço do Passeio do Tejo e infletindo depois pelo Caminho dos Pardais até interceder novamente a nascente, o Limite “terrestre” do concelho (coincidente com o limite da Margem das Águas de Transição - figura da REN) e finalmente a norte volta a coincidir com o limite do concelho – fronteira com o concelho de Loures. Este Limite corresponde à CAOP de 2012, tendo ficado nesta data definido, o limite do concelho pela margem do Trancão.

Não existindo intenção de intervencionar a área do PP5 já consolidada (conjunto habitacional) é retirada da atual proposta da ARU, na medida em que estamos perante uma área habitacional com edifícios recentes.

4.2. ENQUADRAMENTO NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES DA POLÍTICA TERRITORIAL

O PNPOT

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) traduz as grandes linhas de orientação estratégica da política territorial para os próximos 20 anos em Portugal.

As opções de desenvolvimento do território da Área Metropolitana de Lisboa definidas pelo PNPOT foram levadas em consideração na definição das opções estratégicas de base territorial para o município de Lisboa e na elaboração da estratégia de reabilitação.

Deste documento destacam-se como orientações:

“- Proteger as frentes ribeirinhas e a zona costeira e desenvolver um programa coerente de qualificação que valorize o seu potencial como espaços de recreio e lazer e de suporte a atividades do cluster turismo; - Desenvolver programas integrados de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano.”

O PROTAML

Concretamente, em relação às prioridades essenciais, o Plano Regional de Ordenamento do Território para a AML, aponta para:

“1) Sustentabilidade ambiental — encarando a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidade de desenvolvimento, adopta-se uma visão sistémica das vertentes ambientais, propondo-se que a «estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental» constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial.

A (re) valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objectivos fundamentais do PROT.”

A visão estratégica do PROT-AML afirma ainda nas suas linhas estratégicas de desenvolvimento, a necessidade de *“potenciar as condições ambientais da AML e o potenciar das inter-relações regionais da AML.”*

E concretizando, para o efeito, a adoção de medidas como *“a qualificação do território, elegendo o ambiente e o património como fatores de competitividade; e ainda “a requalificação urbanística de áreas degradadas”*

Em relação às dinâmicas e tendências dominantes de mudança identificaram-se vários tipos de áreas, das quais se destacam, as **“Áreas com potencialidades de reconversão/renovação”** cujo diagnóstico e caracterização é a seguinte: *“são áreas marcadas por ocupações obsoletas ou em desativação que tendem a ser reconvertidas ou renovadas. A sua posição na AML e a dimensão das áreas a renovar criam condições ao desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas com a instalação de atividades dinâmicas e inovadoras. Integram estas áreas os antigos complexos industriais da Siderurgia, Quimigal (QUIMIPARQUE), LISNAVE e a zona oriental de Lisboa, em particular as novas áreas envolventes da Parque-Expo”;*

Relativamente à Estratégia Territorial, temos; *“A presença da água como valor estratégico e estruturante da AML — a presença da água deverá ser valorizada como recurso e como valor ambiental e paisagístico estratégico, e o estuário do Tejo como um espaço de diferenciação territorial e de identificação e coesão metropolitanas;”*

Na estrutura do modelo territorial proposto refere-se o seguinte: *“Primeiro anel envolvente do centro da AML, incluindo igualmente o progressivo reforço das acessibilidades entre as duas margens do rio, desdobrando e apoiando o centro da AML através de um conjunto de pólos vocacionados para equipamentos e serviços: Algés, Amadora, Odivelas, Loures, Montijo e Moita . Este anel integra ainda o Parque das Nações, que deverá evoluir no sentido de se constituir como uma plataforma para a Internacionalização da AML, Coima enquanto centro de indústria armazenagem e logística, e Monte da Caparica, como pólo de investigação e desenvolvimento”.*

O PROTAML define ainda várias Unidades Territoriais, estando a presente área de intervenção na Unidade Eixo Sacavém-Vila Franca de Xira, que apresenta as seguintes características:

“Eixo urbano-industrial de expansão de Lisboa para nordeste, desenvolveu-se ao longo do caminho-de-ferro (linha do Norte) e do IP 1 (A 1). Com áreas habitacionais de dimensão e densidade significativas, este eixo tem um cariz nitidamente industrial, com importantes unidades de indústria transformadora — algumas delas ligadas à exploração de recursos locais, como a cimenteira e de armazenagem.

A sua natureza ribeirinha proporcionava à partida excelentes condições naturais, mas a ocupação do território processou-se de uma forma pesada, não aproveitando essas potencialidades, verificando-se, nomeadamente, a implantação de extensos cordões de construções industriais junto ao rio que impossibilitam a fruição do espaço ribeirinho e impedem as ligações do sistema ecológico entre o interior e o rio. Alterações de natureza económica levaram ao declínio de muitas unidades industriais, assistindo-se a uma fase de reestruturação com a substituição da indústria por outras atividades industriais ou pela armazenagem — em determinadas áreas associada à logística — e a elevados índices de degradação da paisagem ligados ao abandono de unidades e à substituição desregrada de atividades. O aproveitamento desenquadrado de antigas áreas ocupadas por indústria para o desenvolvimento de urbanizações para fins habitacionais revela, também, índices de desqualificação resultantes da promiscuidade de usos e da falta de integração dos tecidos urbanos.

Sendo um eixo ribeirinho relativamente estreito, encaixado entre a margem do Tejo e as costeiras que o separam do interior, é, no entanto, pela sua posição geográfica, um canal privilegiado para a passagem de infraestruturas que ligam o centro da AML ao Vale do Tejo e ao norte, denotando já fortes estrangulamentos.

Este eixo prolonga-se para além de Vila Franca de Xira, acompanhando as vias de comunicação ao longo do Vale do Tejo, apresentando continuidade física com a área industrial do Carregado, inserida na unidade de Carregado/Ota/Azambuja. Apresenta, também, fortes ligações com o interior dos concelhos de Loures e de Vila Franca de Xira, reforçadas pela CREL e, futuramente, incrementadas com a construção da via de cintura da AML e do IC 2/A 10 (...).”

As Orientações para as Unidades Territoriais da área de intervenção, são as seguintes:

Relativamente ao Estuário do Tejo:

“— Preservar e recuperar os valores naturais de grande diversidade e riqueza ecológica que constituem o estuário do Tejo, elemento central e valor ambiental estruturante da AML, potenciando a sua utilização para fins de turismo, recreio e lazer em articulação com o desenvolvimento dos núcleos urbanos ribeirinhos e com os valores naturais existentes.

— Requalificar os espaços urbanos ribeirinhos e as margens do estuário, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado ao seu valor ambiental e ao seu papel como elemento de centralidade e de identidade sociocultural.

— Reconverter e renovar as áreas/espaços e unidades funcionais que englobem grandes complexos industriais desativados ou em desativação que devem ser integrados em projectos de requalificação global de áreas ribeirinhas, nomeadamente na frente ribeirinha de Lisboa e eixo de Vila Franca de Xira e na frente ribeirinha de Almada-Seixal-Barreiro.”

Eixo Sacavém-Vila Franca de Xira

“— Libertar o espaço ribeirinho de ocupações pesadas com edificação contínua para a criação de corredores de ligação ao interior e de espaços de recreio e lazer.”

Relativamente à Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental, temos:

“A implementação da REM, nos seus diferentes níveis, deve ser concretizada nos processos de planeamento, de requalificação urbana e de urbanização e ter como suporte o apoio a projetos, ações e obras que cumpram e concretizem os objetivos e as propostas da estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental.”

O PDM de Lisboa e o PDM de Loures

O PDM de Lisboa, na sua UOPG 2 - Oriente, prevê *“a reformulação das interfaces de transportes em articulação com os operadores e municípios vizinhos, sendo fundamental a médio prazo, para a melhoria das acessibilidades em transporte coletivo, a reformulação da estação de comboios de Sacavém com uma ligação mais direta à área que agora se pretende reabilitar.”*

No que respeita ao Modelo Urbanístico para a área de intervenção da EXPO’98, o PDM plasma os modelos do PU da EXPO e mais especificamente dos Planos de Pormenor na área de intervenção. Considerando que a área de intervenção não se encontrava dentro dos limites do município de Lisboa, aquando da Revisão do PDM em 2012, a área proposta não se encontra representada nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes do PDM em vigor.

A Revisão do PDM de Loures de 2015 já apresenta objetivos para a Frente Ribeirinha do concelho consonantes com uma perspetiva de continuidade com o Parque das Nações, no sentido de devolver o Rio à população considerando a sua regeneração ambiental, assim como a potenciação da Linha do Norte, como fator de valorização da acessibilidade de toda a área urbana da zona Oriental.

Neste sentido, a UOPG Oriental do PDM de Loures já prevê:

“ - A criação de interfaces e requalificação das estações ferroviárias da Linha do Norte – Bobadela e Santa Iria – tornando-as espaços multifuncionais;

- Libertação dos usos obsoletos da frente ribeirinha, transformando-os em espaços de equipamentos de utilização coletiva, como é o caso das áreas atualmente ocupadas por contentores e a antiga área afeta aos depósitos da Petrogal e ao bairro da Cortiça;

-Valorização do património ambiental do Estuário do Tejo, através da promoção dos valores naturais e da biodiversidade para aproveitamento e fruição da população”, através da criação de um Percurso Ribeirinho sobre estacaria (já executada uma 1ª Fase) que permitirá percorrer em modos suaves, toda a Frente de Rio desde Vila Franca à Expo, garantindo já a ligação das margens do Rio Trancão através de uma ponte que entroncará no Percurso Pedonal - Passeio do Parque (sentido norte /sul), percurso que poderá vir a ser estruturante para toda a área do Parque.

O PU da EXPO

O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da EXPO’98 teve como objetivo primordial a recuperação e reconversão urbanística da área que integra, tendo sido a Exposição Mundial de Lisboa, a sua realização urbanística prioritária.

A conceção geral do PU apoiou -se nos seguintes vetores estratégicos:

- a) Valorização da singularidade geográfica da ZI na frente ribeirinha do rio Tejo;
- b) Utilização da centralidade da ZI na rede de acessibilidades da área metropolitana de Lisboa;
- c) Requalificação e concretização de uma elevada qualidade ambiental;
- d) Requalificação e concretização de uma elevada qualidade urbana;
- e) Viabilização de promoções convergentes na recuperação e reconversão urbanística e sua viabilização técnica, económica e financeira;
- f) Concretização de uma estrutura multifuncional constituindo um pólo de dimensão metropolitana;
- g) Máximo aproveitamento da realização da expo 98 no processo e reconversão urbanística;
- h) Enquadramento na Estratégia do PROT da área Metropolitana de Lisboa e articulação com os Planos Diretores Municipais de Lisboa e Loures;
- i) Fixação do PU nos termos legais estabelecidos e de forma a permitir o desenvolvimento das várias alternativas formuláveis na elaboração dos planos de pormenor (PP).

Os Planos de Pormenor PP5 e PP6

A área em questão está abrangida pelo PP5 e maioritariamente pelo PP6, planos contíguos e localizados no extremo Norte do Parque das Nações, e da cidade de Lisboa, sendo os principais objetivos dos planos supramencionados, os seguintes:

- a) Valorização da singularidade geográfica da frente ribeirinha dos rios Tejo e Trancão;
- b) Potenciação da integração na rede de acessibilidades da Área Metropolitana de Lisboa;
- c) Requalificação Ambiental;
- d) Requalificação Paisagística e Urbana;
- e) Enquadramento na estratégia do PROTAML e articulação com os PDM de Lisboa e de Loures;

PP5

O PP5 situa-se a norte da ponte Vasco da Gama (limite norte do corredor da ponte), estende-se entre os taludes da variante à EN 10 e o aterro sanitário e constitui-se como uma faixa alongada no sentido N/S com 1Km de extensão até às margens do Trancão.

Os objetivos específicos para esta área são” Assegurar a valorização da singularidade da área de intervenção designadamente da sua relação com o Parque Urbano do Tejo e assegurar uma estrutura predominantemente habitacional.”

A área já consolidada deste plano (toda a área residencial) foi excluída da atual delimitação da ARU, integrando esta a restante área ainda não concretizada, designadamente um lote a norte da banda de edifícios existentes, aonde se prevê a construção de uma nova Escola EB+23 e ainda uma área a norte que poderá ser importante para a beneficiação e reforço da intermodalidade da Estação de Sacavém.

O PP6

A área de intervenção do PP6 tem cerca de 100 hectares e constitui-se como uma faixa dominante nascente ao longo de toda a frente rio Tejo e é limitada a norte pelas margens do Rio Trancão, a oeste confronta com o PP5 e PP4, estendendo-se até à Torre Vasco da Gama , no seu extremo sul.

Os grandes objetivos do Plano poderão sintetizar-se do seguinte modo:

- concretização de um Parque urbano de elevado padrão de qualidade;
- valorização da frente ribeirinha garantindo o acesso pedonal a toda a essa frente otimizando a sua fruição pública;
- o parque deverá atender às potencialidades do sítio e às expressões físicas dos elementos pré-existentes promovendo uma área de grande qualidade estética e paisagística
- concretização de uma área de equipamentos de recreio e lazer e outros relacionados com prática desportiva de carácter formal e informal
- integração dos equipamentos relacionados com as infraestruturas e serviços urbanos- de águas, saneamento , eletricidade e gás.

Adaptação da estrutura fundiária a novas necessidades de utilização do solo

Em vigor desde 1999, sob gestão da Parque EXPO'98, SA, o PP6, entre os anos de 2009 e 2013 introduziu alterações ao parcelamento, obedecendo, assim, à recomposição da estrutura fundiária, de acordo com novas necessidades de utilização do solo, conforme previsto no regulamento do plano de urbanização em vigor, para o território em causa.

A alteração da delimitação de REN para o município de Lisboa

A reorganização administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro) definiu um novo mapa da cidade, com modificação do limite territorial a norte do município e com delimitação territorial a sul/nascente por um dos talwegues do rio Tejo.

Na sequência desta reorganização, e pelo facto do limite territorial de Lisboa ter sido delimitado pela margem sul do rio Trancão (conforme nº 1 do artigo 9.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro), este território passou a pertencer ao município de Lisboa.

Com a inclusão do novo território a Câmara Municipal de Lisboa entendeu que foram introduzidas no município valências ecológicas até então inexistentes, cujo enquadramento e proteção se traduziu na delimitação de áreas a integrar na REN que culminou no procedimento de alteração da delimitação da REN (Aviso n.º 10710/2019 publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 122, de 28 de junho) do município de Lisboa.

A conclusão das intervenções preconizadas no âmbito do PP6, deverão agora ser compatibilizadas com as condicionantes da REN.

3.3. O LOCAL- CARACTERÍSTICAS

No caso da área norte do Parque do Tejo e Trancão, situada entre a fábrica da água de Beirolas e a foz do Trancão, esta corresponde em grande parte à área do antigo aterro sanitário, que em virtude das condicionantes ambientais do local foi selada e isolada. Trata-se portanto de uma área onde os aspetos da salubridade do ambiente e condições de uso do espaço público estão particularmente afetados.

Dessa forma, esta área do Parque, prevista no Plano da Expo'98 e que foi objeto do Plano de Pormenor 6, foi deixada para concretização mais tardia, após a exposição, quando as circunstâncias o permitissem.



Vista para o aterro sanitário da área norte do concelho.

Assim, a delimitação da ARU do Parque do Tejo e Trancão tem origem no desejo antigo de concretização plena dos objetivos iniciais subjacentes ao Plano de Urbanização da Expo 98 e à selagem definitiva do Aterro Sanitário de Beirolas, concretizando:

- A reabilitação ambiental de toda a área de intervenção da Expo 98
- A criação de um novo local de recreio e lazer sobre o Aterro, de âmbito intermunicipal, articulado com as diversas intervenções previstas a Norte (Loures) e contínuo ao Parque Tejo já concretizado a Sul.

No presente, a área apresenta-se degradada, com sinais de abandono e por consequência causando insegurança, pelo que é inviabilizada a sua utilização plena. Acresce que o parque urbano se vê amputado de parte substancial, onde se previa, a par da arborização e amplos espaços verdes que permitiam o usufruto público de lazer e recreio, também importantes áreas de equipamentos de utilização coletiva, complementando esses usos.



Percurso junto ao rio da área de intervenção da ARU.



Início do “novo troço” do Percurso do Caminho do Parque que poderá ter continuidade com a ponte de atravessamento do Trancão.

Também o enquadramento paisagístico de toda a área, incluindo a que corresponde ao PP5 já edificada, fica prejudicado, não sendo valorizada a componente ribeirinha e natural que está incluída na REN ao longo das margens do Tejo e Trancão e que se inclui na estratégia do Plano Geral de Intervenções para a Frente Ribeirinha de Lisboa na perspectiva de *melhorar a qualidade de vida dos utilizadores nas vertentes sociocultural, urbanística, ambiental e da comunidade*.

A criação de uma nova área verde de recreio e lazer sobre o Aterro irá permitir a continuidade do Percurso “Passeio do Parque” (percurso longitudinal) que poderá dar continuidade ao atravessamento do Trancão através de uma Ponte que dará acesso ao Passeio Ribeirinho que o município de Loures está a concretizar, permitindo percorrer continuamente toda a Frente ribeirinha de Vila Franca a Lisboa.

4. OBJETIVOS GERAIS DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA

As intervenções a desenvolver no âmbito da ORU, deverão ter em consideração os seguintes objetivos gerais:

- Concretização da conclusão do Parque do Tejo e Trancão, prevista desde 1998, promovendo a fruição pública da área de intervenção enquanto espaço de pedagogia, recreio e lazer, atendendo à vocação dos diferentes espaços, procurando soluções de compatibilidade e convivência entre áreas de estadia, lazer, atravessamento, representação e enquadramento;
- Reabilitação ambiental da área de intervenção, coordenando o projeto e a construção do Parque com uma intervenção profunda na infraestrutura do Aterro Sanitário de Beirolas;
- Garantir a continuidade dos sistemas naturais, contribuindo para a continuidade física do sistema de corredores estruturantes, com enfoque na ligação a Norte para Loures e a Sul ao Parque das Nações;
- Criação de condições para uma maior intermodalidade na Estação de Sacavém, permitindo-lhe servir toda a área Norte do Parque das Nações.
- Promover ligações de âmbito local a Norte, em articulação com o município de Loures, entre as quais a nova ponte ciclo-pedonal do Trancão.
- Criação das condições necessárias à realização das Jornadas Mundiais da Juventude em 2022;
- Conclusão das intervenções previstas para os lotes expectantes dentro da área de intervenção, nomeadamente a nova Escola EB+23 e o Lote contíguo a norte.

5. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO ANTIGO ATERRO SANITÁRIO DE BEIROLAS

A recuperação ambiental da área do antigo Aterro Sanitário deve ter em consideração as obrigações de manutenção e controlo fixadas na Parte B do Anexo III do DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, por remissão do n.º 3 do art.º 42.º do mesmo diploma legal.

O projeto deve ter em atenção as conclusões dos relatórios anuais entregues à entidade licenciadora, previstos no ponto 12.2 da Parte B do Anexo III do DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, designadamente no que se refere ao controlo de assentamentos, de lixiviados, de águas superficiais, de gases e de águas subterrâneas, para que a respetiva utilização futura não coloque em causa a saúde ou segurança dos futuros utentes.

6. EFEITOS DA ORU SISTEMÁTICA

Na ORU sistemática verifica-se uma intervenção mais orientada para coordenar e integrar duas realidades distintas mas que estão intimamente relacionadas, ou seja, este tipo de operação não se concentra nem limita apenas à reabilitação do edificado mas tem em vista, também, a qualificação dos espaços, equipamentos e infraestruturas utilizados pela comunidade, com a finalidade última de requalificar e revitalizar o tecido urbano.

7. QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS


A delimitação de uma área de reabilitação urbana tem como efeito a obrigatoriedade de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e confere aos proprietários titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendido o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.


À semelhança do que se determinou na Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, à Área de Reabilitação Urbana do Tejo e Trancão serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, (EBF) designadamente os previstos nos artigos 45.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana.

LIMITES DA ARU SOBRE ORTOFOTOMAPA- SITUAÇÃO ATUAL



Legenda

 ARU do Tejo e Trancão

 Limite do Concelho

PLANOS EFICAZES NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ARU TEJO - TRANCÃO



- Legenda**
- ARU do Tejo e Trancão
 - Limite do Concelho
 - Planos de Pormenor
 - PU Expo'96

SITUAÇÃO CADASTRAL NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ARU TEJO - TRANCÃO



Legenda

ARU do Tejo e Trancão
Limite do Concelho

Domínio, Propriedade
Privado, Particular
Privado, Estado
Privado, EPUL

Privado, Municipal
Privado, Parcialmente Municipal
Privado Subterrâneo, Particular
Privado Subterrâneo, Municipal

Público Lazer, Particular
Público Lazer, Municipal
Público Lazer, EPUL
Público Circulação, Particular

Público Circulação, Municipal
Público Circulação, Estado
Público Circulação, EPUL

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL NA ÁREA DE INTERVENÇÃO ARU TEJO - TRANCÃO



Legenda

	ARU de Tejo e Trancão		Sapal		Margem dos cursos de água		Leitos das águas de transição
	Limite do Concelho		Margem das águas de transição		Faixa de proteção das águas de transição		Zonas ameaçadas pelas cheias



0 25 50 100 150 200
Metros

Legenda

- ARU do Tejo e Trancão
- Limite do Concelho



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Planeamento - Divisão de Planeamento Territorial

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO PARQUE DO TEJO E TRANCÃO
Planta de limites da ARU

PTC.A.2R.1	PTC.A.2R.2	PTC.A.2R.3
PTC.A.2R.4	PTC.A.2R.5	PTC.A.2R.6
PTC.A.2R.7	PTC.A.2R.8	PTC.A.2R.9
PTC.A.2R.10	PTC.A.2R.11	PTC.A.2R.12

1:2000

Revisão Municipal: 01/ Revisão: 0001
Direção do Departamento: Arq. Rui Passos
Coordenador Técnico: Arq. João Gonçalves
Elaborado por: Arq. João Gonçalves
Data: 15/03/2020
Escala: 1:2000
Folha: 1/1
Total: 1/1

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt